



GT - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: avanços e dilemas da construção participativa das finanças solidárias na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão¹

Caroline Tertulino da Silva², João Batista de Lima Martins Neto³

RESUMO

Esse artigo corrobora com o processo de formação dos membros da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A incubadora realiza suas atividades no objetivo da promoção à Economia Solidária através dos processos da Educação Popular junto a povos e comunidades tradicionais, buscando a valorização e preservação das suas identidades, enquanto colabora na promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o trabalho que se apresenta, tem o objetivo de sistematizar os avanços e dilemas no processo de implantação do Banco Comunitário da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na qual a incubadora presta assessoria. Bancos comunitários são referenciados como uma tecnologia social pelo fato de favorecer o desenvolvimento socioeconômico de comunidades que são empobrecidas pela dinâmica do capital. Esse equipamento social, de propriedade coletiva, além de ser um mecanismo de fomento à economia local, se configura como um tipo de resistência popular, destacando o fato de que os ganhos financeiros da região devem ser aplicados na mesma proporcionando impactos positivos em toda a comunidade. Utilizando do método crítico dialético em uma perspectiva de pesquisa ação com envolvimento direto nos processos vivenciados e refletidos, tendo base em estudos bibliográficos e levantamento documental, foi possível compreender que a implementação de um banco comunitário, assim como outras tecnologias sociais, é um processo árduo e longo, pois os mecanismo de promoção social nem sempre apresentam resultados em curto prazo, sendo necessário persistência e uma perspectiva utópica que mova seus protagonistas, celebrando cada passo ou conquista como a confecção e a circulação da moeda social, mas compreendendo que o funcionamento do banco no futuro seja mais um dos instrumentos para preservação daquela Reserva.

Palavras-chave: Banco Comunitário. Desenvolvimento Sustentável. Economia Solidária.

¹ A elaboração do artigo contou com a orientação da Profa. Dra. Ilena Felipe Barros, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ambos coordenador/a da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários.

² Graduanda em Serviço Social; bolsista da INICIES e membro do grupo de estudo e pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos Humanos.

³ Graduando em Serviço Social; bolsista da INICIES e membro do grupo de estudos e pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.



1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui descrito faz parte do processo de aprendizagem da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (INICIES/UFRN). Criada em 2012, a Incubadora tem o objetivo de fomentar e fortalecer iniciativas econômicas solidárias enquanto mecanismos de promoção e disseminação de tecnologias sociais em comunidades e populações tradicionais, realizando processos de base formativa por meio da Educação Popular buscando estratégias para o desenvolvimento local e territorial.

As ações da INICIES caracterizam-se como projetos de extensão universitária de incubação, preconizando a valorização da sociobiodiversidade, o respeito às diversidades culturais e a defesa pelos direitos humanos enquanto contribui com a promoção do trabalho associado e da cooperação garantindo a viabilidade produtiva, econômica, a geração de trabalho e renda de uma forma que traga melhorias nas condições de vidas das pessoas e de suas comunidades.

Com essa perspectiva, a incubadora vem atuando na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT) desde 2016, mais precisamente em Diogo Lopes, uma das 13 comunidades que compõem a Reserva. As linhas de atuação da incubadora perpassam por dois eixos: fomento e formação ao grupo de turismo da Reserva e prestação de assessoria a implementação de um Banco Comunitário. Neste artigo buscaremos sintetizar as ações da INICIES junto ao Banco Comunitário da Reserva Ponta do Tubarão.

Um Banco comunitário caracteriza-se pela oferta de serviços financeiros solidários, através da sua natureza associativa, buscando promover o trabalho e a renda, dinamizando as economias locais. O objetivo de um Banco comunitário é a promoção do desenvolvimento territorial, principalmente nos territórios de baixa renda, suas ações preconizam o acesso ao crédito para consumo de bens e serviços locais com base em moeda social – circulante local, bem como para a criação de redes locais de produção e consumo. Isso se dá através do apoio às iniciativas de economia solidária que podem ser de prestação de serviços, de apoio à comercialização e de fomento a empreendimento socioprodutivos. Desta forma, é correto afirmar que sua base está diretamente associada aos princípios da Economia Solidária.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia solidária em bancos comunitários

O processo de globalização do capital deixa explícito que o modo de produção capitalista preconiza a acumulação de capital e não a distribuição da riqueza entre os membros da sociedade, usurpando assim os ganhos do trabalho, agravando o crescimento da pobreza (MARX, 1983). Também é possível observar que este modo de produção propõe determinantes sociais para manter seu ciclo produtivo e acumulativo, dentre esses determinantes merece destaque as crises cíclicas que resultam em recessões econômicas e redução em gastos sociais. Ambas as decisões inviabilizam o bem-estar social da população, em especial para as comunidades e populações mais vulneráveis.

Historicamente, a Economia Solidária nasceu pouco depois da ascensão do capitalismo industrial, sendo uma reação ao vasto processo de empobrecimento dos camponeses expulsos de suas terras e de artesãos expropriados de seus meios de produção, pós-difusão do sistema fabril e da utilização do maquinário para produção de mercadorias em escala. Desta forma, a Economia Solidária se caracteriza por ser um modelo alternativo de produção, na qual seus princípios básicos estão baseados na propriedade coletiva ou associada, ao direito à liberdade individual e o uso do capital como instrumento de desenvolvimento social, caracterizando-se como oposição ao modo de produção capitalista. Por tanto, a utilização desses princípios une toda a sociedade produtiva em uma única classe de trabalhadores, possuidores de igual capital obtidos por trabalho cooperado ou associativo (SINGER, 2002).

Singer (2008) define a economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, possuindo os meios de produção como um objeto de posse coletiva dos trabalhadores através da autogestão.

Os entendimentos de Economia Solidária informam que a mesma se constitui como um conjunto de iniciativas socioeconômicas com natureza associativa ou cooperativista, a partir do contexto territorial na qual se insere, preconizando a solidariedade mútua. Logo, o sentido da Economia Solidária, também se difunde como uma corrente de pensamento e ações que objetiva recuperar as linhas éticas e sociais



da economia garantindo que sua direção seja no sentido de enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão.

Esses modelos de organização econômica, que se expressam na produção, distribuição e consumo possuem origens históricas, estando presentes no modo de vida dos povos originários, conforme estudos da antropologia econômica que permitiram apreender a presença de práticas e valores de reciprocidade, cooperação e formas de trabalho autodeterminado que permanecem em iniciativas econômicas solidárias, mesmo distante da lógica mercantil (SABOURIN, 1999).

Silveira (2013) destaca que a produção solidária contribui para o desenvolvimento regional com geração de emprego e renda, conforme:

A produção solidária contribui para o desenvolvimento regional com geração de emprego e renda, em que nos empreendimentos solidários as distribuições são feitas de forma igualitárias, pois os ganhos são divididos com todos os associados, os ganhos obtidos por meio dos trabalhos em empresas solidárias são chamados de sobras, elas têm algumas semelhanças com os lucros da empresa capitalista, mas as sobras visam maior inclusão social, promovendo mais bem-estar aos agentes sociais, sobretudo, aos trabalhadores. (SILVEIRA, 2013 p 15)

Assim, a lógica da Economia Solidária, se coloca em oposição ao modelo dominante da economia capitalista que incentiva o individualismo e o consumismo. A percepção da Economia Solidária pressupõe novos arranjos para o mercado, enfatizando a necessidade da redução das desigualdades, completando-se pela solidariedade entre os membros resistentes à exploração do capital.

No Brasil, a Economia Solidária ressurgiu em meados de 1980, sendo difundida por diversas entidades que utilizaram de seus conceitos e fundamentos para solucionar os problemas instalados pela crise financeira da "década perdida". Carvalho (2011) afirma que:

A economia solidária se configura como uma resposta dos próprios trabalhadores às transformações atuais do mundo do trabalho. Estas respostas são caracterizadas por iniciativas como organizações econômicas (organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário) e organizações solidárias (empresas de autogestão, associações, cooperativas e grupos informais de pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais e familiares, que realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus



produtos ou o processamento dos mesmos). Assim, a ampla abrangência de critérios permite um amálgama de empreendimentos que, em consonância com as diversas qualificações teóricas, configuram um conjunto de práticas heterogêneas no campo da economia solidária. (CARVALHO, 2011 p 2)

Nesse contexto, é correto afirmar que a economia solidária expressa um conjunto de estratégias econômicas alternativas de produção, comercialização, finanças e consumo, organizadas a partir de princípios e valores de trabalho associado, da cooperação, da reciprocidade e da autogestão. Milhares dessas iniciativas são constituídas enquanto alternativas de trabalho e obtenção de renda para viabilizar a pequena produção, de forma associada, em áreas urbanas e rurais.

Entre as iniciativas da Economia Solidária, podemos destacar as Finanças Solidárias definidas por Coelho (2003) como uma forma de democratização do sistema financeiro, adequando-o às necessidades básicas da população priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional. De acordo com Singer (2009) o sistema financeiro, desde sua concepção voltou-se, tão somente, para os detentores de capital enquanto afastava os mais vulneráveis dos meios de acumulação, mantendo-os como parte do processo de agregação de valor através da exploração de sua força de trabalho. Vejamos:

O sistema financeiro, em sua parte capitalista, se especializou desde sua origem, há mais de meio milênio, na guarda de valores e no fornecimento de empréstimos de papas, reis e pessoas poderosas e ricas de cada reino. A partir das grandes navegações, ela passou a financiar também mercadores e senhores de muitas terras e seus empreendimentos bélicos e comerciais. Mais recentemente, na medida em que empresários médios e pequenos e assalariados especializados adquiriram direitos e em consequência puderam aumentar seus rendimentos, os bancos capitalistas abriram suas portas a estas classes. Mas, em relação ao povo comum – à plebe - as firmas financeiras privadas nunca tiveram interesse em tê-los nem como depositante, quanto mais como tomador de empréstimos. (SINGER, 2009 p. 69)

O autor ainda define que dentro do sistema financeiro capitalista, as finanças solidárias integram-se a variedade dos intermediários financeiros que não visam o lucro, mas a superação das necessidades de povos e comunidades tradicionais, historicamente excluídos do acesso a bens e serviços do modo de produção capitalista. Desta forma é correto afirmar que as finanças solidárias são um elo de integração e



sustentação da relação entre economia e sociedade, se constituindo através da ética e solidariedade, fomentando condições para o desenvolvimento social de forma sustentável (COELHO, 2003a).

Nesse contexto, as finanças solidárias constituem um instrumento de intermediação financeira que permite a democratização das relações econômicas, criando espaços de fomento para o desenvolvimento humano através do fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território. A democratização dessas relações propõe novas relações de poder no sistema financeiro do capital.

A democratização de mercado, para além de uma relação equilibrada de oferta e demanda, significa novas relações de poder no complexo sistema de inter-relações e relações de força que se estabelece entre todos sujeitos, individuais e coletivos, públicos ou privados, formais ou informais, que ocupam diferentes lugares na estrutura econômica, que cumprem distintas funções e atividades, e que participam com distintos fins e interesses em um determinado circuito integrado, ou seja, que formam parte de determinada formação econômica e política na qual os processos de produção e distribuição buscam a satisfação de suas próprias necessidades e interesses (COELHO, 2003 p 3).

Por fim, as finanças solidárias apresentam um campo diversificado de modalidades organizacionais e de propósitos. Neste campo, se fazem presente os Bancos Comunitários de Desenvolvimento que é uma prática de finanças solidárias realizada em territórios empobrecidos. Tal prática é utilizada como mecanismo para que as pessoas mais vulneráveis economicamente possam ser incluídas no sistema financeiro e tenham acesso ao crédito.

O objetivo de um Banco Comunitário é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, esse processo é realizado através da criação de redes de produção e consumo em nível local, com bases nos apoios da Economia Solidária em todas as suas esferas, tais como: empreendimentos socioprodutivos, prestação de serviços financeiros e apoio a comercialização (mercados, lojas e feiras) além da organização de consumidores. Vistos como uma tecnologia social, os BCDs fazem uso da moeda social como um instrumento de articulação produtiva englobando o consumo, a prestação de serviços e o fortalecimento da economia local, além de fomentar outra lógica econômica de desenvolvimento ao promover ações que ampliam os espaços necessários para que o território, no qual se insere, se desenvolva.



A implementação e o funcionamento dos BCDs partem da iniciativa associativista, envolvendo os moradores e as entidades existentes em um determinado contexto territorial. A busca pela resolução de problemas públicos concretos relacionados às condições de vida da região é a principal motivação para esses indivíduos. O fomento para a criação de novas atividades socioeconômicas torna-se um meio para que esses problemas sejam reduzidos, por isso a atuação do Banco destina-se a criação de estratégias para tal, dentre elas podemos citar a criação de atividades e oferta de serviços, ambas são construídas em função de demandas reais expressas pelos residentes do local, a ideia é que esse equipamento estimule, dentro da região, um circuito integrado de relações comerciais envolvendo produtores ou prestadores de serviços com os consumidores e usuários.

Para que um BCD possa se articular é necessário a existência e a circulação de uma Moeda Social que seja criada pelo próprio banco comunitário. A moeda social é complementar à moeda nacional, o real e tem por finalidade fazer com que o dinheiro permaneça na comunidade, ampliando a comercialização local, possibilitando a circulação da riqueza na comunidade, gerando trabalho e renda (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009).

Em síntese, os bancos comunitários possuem determinadas características, dentre as quais merecem destaque: a criação por decisão da comunidade, para que esse se torne gestora e proprietária; apoiar empreendimentos, como estratégia de comercialização; estimular, por meio de linhas de crédito, a criação de redes de produção e consumo e possuir sustentabilidade financeira, através da obtenção de subsídios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho aqui descrito, foi embasado através da abordagem qualitativa que segundo Godoy (1995) inclui concepções teóricas e técnicas que permitem o melhor entendimento da realidade. Nesse sentido, a autora indica que o pesquisador deve ir a campo a fim de compreender as ações a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando as relevantes considerações de cada uma das partes, coletando dados e analisando-os.



Como método de orientação, necessário para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o método marxista histórico-dialético. A escolha desse método se deu pelo fato deste possibilitar a compreensão das realidades expostas, que como afirmado por Netto (2009) a composição da metodologia de pesquisa embasada nos estudos marxista permite alcançar as bases do objeto de estudo através de processos históricos, condicionantes e limitantes da realidade.

Pela característica de participação ativa no processo de construção do Banco da Reserva, este artigo deriva de uma vivência de pesquisa ação, onde os/as autores/as participam ativamente dos processos, desde a identificação dos problemas, como da identificação de alternativas de solução e da implementação das mesmas, possibilitando processos sistemáticos de ação-reflexão-ação.

Deste modo, a coleta de dados foi realizada através de pesquisa documental consultando outros trabalhos acadêmicos da incubadora INICIES e relatórios das atividades realizadas, caracterizando-se assim, como um trabalho de natureza teórica-empírica.

4 RESULTADOS

4.1 O processo de implantação do Banco da Reserva

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT) abrange os municípios de Macau e Guamaré no RN e integra o sistema estuarino do Rio Tubarão, onde estão localizadas as comunidades pesqueiras de Diogo Lopes, Sertãozinho, Barreiras (Macau) e as áreas agrícolas de Lagoa Doce, Mangue Seco I e II (Guamaré), abrangendo 12.940,07 hectares e uma população de aproximadamente nove mil habitantes. A Reserva foi criada em julho de 2003, a partir de lutas de resistência da comunidade local diante das ameaças socioambientais de expansão e exploração desordenada dos recursos naturais, tendo por finalidade garantir a preservação da natureza e assegurar a produção e a reprodução das condições de vida da população local composta, sobretudo, por pescadores e pescadoras artesanais.

A INICIES atua em parceria com o Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR) e as organizações locais da Reserva, realizando ações de formação política,



diagnóstico e planejamento das ações, buscando ofertar subsídios para o Conselho Gestor do Banco Comunitário da RDS Ponta do Tubarão. Entre as atividades formativas e de assessoria, destacam-se: Curso de Formação de Agentes Comunitários de Finanças Solidárias; atividades de mobilização da população e participação em eventos locais para disseminação da proposta do Banco Comunitário e da Moeda Social; apoio financeiro para impressão das moedas sociais; além da produção de uma série de quatro vídeos sobre Finanças solidárias, moeda social, E-dinheiro e Banco comunitário.

A partir desse processo tem sido possível dar alguns passos na implantação do Banco Comunitário da Reserva Ponta do Tubarão, o qual tem o objetivo de promover o desenvolvimento local sustentável e solidário através do fomento às iniciativas de geração de trabalho e renda, redes de cooperação de produção, de comercialização e de integração de produtores e consumidores. Cabe destacar que esse processo começou a ser articulado em 2019, mas desde 2016, já se enxergava potencial para sua implantação.

A trajetória, que se constrói até os dias de hoje, tem enfrentado um conjunto de acontecimentos que foram essenciais para que o Banco Comunitário funcionasse na comunidade. Verifica-se que, desde sua gênese, esse processo não é algo linear e que requer longos processos formativos, participativos e de planejamento, conforme refletem Raposo e De Faria (2015, p. 553):

A introdução de um banco comunitário e moeda social em um território marcado pela vulnerabilidade e risco social, podem ser consideradas, uma inovação social que visa o desenvolvimento local através da prestação de serviços financeiros oferecidos a sua população, organização e fortalecimento da produção e consumo, conhecimento, expansão de capacidades locais e empoderamento dos habitantes das comunidades onde se encontram.

Com o processo de articulação com as organizações locais iniciado, a ideia de se implantar um Banco comunitário na comunidade começou a ser aceito pelos representantes das organizações. Em 2019 foram iniciadas as primeiras reuniões da INICIES com as organizações, agora dialogando sobre a proposta em questão – implantação de um banco comunitário na Reserva - com isso, era necessário pensar estratégias e buscar apoio de outras experiências e estabelecer parcerias com outras comunidades que já possuem ou passaram pela experiência, para assim, desenvolver



o processo de mobilizar a comunidade e descobrir qual seria o nível de aceitação, pois para implementar uma proposta de sustentabilidade para a comunidade é necessário o envolvimento dos mesmos.

O processo de mobilização com a comunidade, inicialmente, começou com a aplicação de questionários para o levantamento socioeconômico da produção e do consumo local, já com a intenção de descobrir se os moradores teriam interesse em conhecer e aderir a proposta de utilizar um banco comunitário na Reserva. Contudo, sabe-se que o processo de mobilização popular é uma tarefa que envolve uma série de desafios, diante de uma sociedade capitalista que apresenta diversas propostas imediatistas, apresentar propostas solidárias requer paciência pois os resultados não costumam ser imediatos, é necessário o envolvimento de todos para que, de fato, a ideia seja executada com bons resultados.

Figura 1 - Participação em eventos locais para divulgar o BCD da RDSEPT e abertura de funcionamento do BCD da RDSEPT



Fonte: Arquivo próprio do BDC da RDSEPT

Visto isso, é imprescindível a comunicação e execução de atividades que apresentem a proposta para população, pois sabe-se que a participação da comunidade é condição fundamental para o sucesso da iniciativa. Haja vista o pouco conhecimento e resistência existente na população que, nesse momento inicial demonstrou um bloqueio ou não apresentaram respaldo suficiente para entender e demonstrar aceitação neste tipo de economia e recursos solidários.

Para além da comunicação popular, os membros das organizações envolvidas buscaram aperfeiçoamento quanto a conhecer a tecnologia social a qual estava sendo tratada para a comunidade, pois era necessário ter um conhecimento apurado a respeito dos bancos comunitários de outras localidades para então repassar e



convencer a comunidade de que a ideia era válida e importante para a comunidade. Por isso, foram realizados intercâmbios com outros bancos para que fosse conhecido na prática a iniciativa e o processo de incubação.

Com a chegada da pandemia da Covid-19 as articulações sofrem alterações, as reuniões com as organizações da comunidade, INICIES e SAR passaram a ser no formato remoto, pela realidade que estava sendo vivenciada acabou afetando todos os envolvidos pois se tratava de um momento delicado no país, e a conjuntura enfrentava uma série de desmontes com as políticas públicas e descaso de modo geral com a população. Contudo, a resistência da equipe permaneceu e mesmo com as dificuldades de articulação que estavam sendo enfrentadas, buscou-se estratégias para que a ideia do banco comunitário se concretizasse.

Figura 2 - Logo e Reunião do Conselho Gestor do BDC



Fonte: Arquivo próprio do BDC da RDSEPT

As organizações envolvidas, seguindo os passos e orientações que era feitos para a criação de um banco comunitário se articularam para criação de um Conselho Gestor, algo indispensável para que fosse pensado os próximos passos, como o nome do Banco, nome da moeda social, arte moeda social, sede onde ficaria o banco, quem seriam os agentes e qual seria a forma de escolha desses processos e meios para construir o lastro da moeda social, algo indispensável para abertura de um banco comunitário como também pensar estratégias para envolver a população.

A tarefa de envolver a comunidade de modo geral, mobilizar recursos financeiros para dar seguimento com as atividades de divulgação, não é algo fácil, por isso foi fundamental levar em consideração as condições vida da população na



comunidade, por essa razão foi necessário que se respeitasse a compreensão e amadurecimento da comunidade como também das lideranças e organizações locais.

4.2 Banco comunitário da RDS: avanços e desafios

O contexto da participação popular na implementação de um Banco Comunitário, preconiza a disponibilidade dos agentes sociais envolvidos nas atividades em caráter autogestionário. Em relação a esse aspecto, Singer (2002) aponta que o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, de forma que esse fator tem sido o principal desafio na implementação e funcionamento do banco comunitário da RDS, pois é a partir da disponibilidade e envolvimento dos membros das organizações e da comunidade que as ações podem ser executadas.

Esse foi o desafio que mais causou inquietação tendo em vista que o processo de amadurecimento e entendimento das pessoas sobre a ideia levaria um tempo, pois se tratava de uma experiência nova para comunidade, uma tecnologia social desconhecida pela população. Trabalhar na comunicação popular era algo essencial pois sem o envolvimento e aceitação da comunidade, não seria possível implementar o banco comunitário na RDS, pois necessitaria do apoio e colaboração daqueles que usariam o banco dia a dia. Por se tratar de uma proposta que não envolve resultados imediatos, convencer as pessoas se tornou uma tarefa mais árdua.

No ano de 2022, a prioridade das ações esteve vinculada à consolidação do processo de implantação do BCD, esse processo mobilizou as organizações locais, o Núcleo Gestor do Banco e demais atores sociais da Reserva, para que se fomenta-se a abertura e o funcionamento do banco. Deste modo, Com o Conselho Gestor do banco já formado (composto por 7 entidades: ACCCPT, AMAGOA, CJP, CPP, SAR, INICIES e ASSOCIAÇÃO DE MULHERES LUÍZA GOMES.), foram realizadas formação de Agentes Comunitários de Finanças Solidárias, intercâmbio com banco comunitário no município de Remígio/PB e a participação no Seminário de 25 anos do Banco Palmas (a primeira experiência de Banco Comunitário no Brasil), o incremento de campanhas de divulgação e de arrecadação local para o lastro da Moeda Social, o desenvolvimento de material de divulgação (redes sociais, vídeos informativos, folhetos etc.), contando também com construção de parcerias e outras estratégias para captação de recursos



a fim de compor o fundo rotativo que dará sustentação às linhas de crédito e aos serviços de correspondência bancária do Banco.

Figura 3 - Intercâmbio com o banco comunitário no município de Remígio/PB



Fonte: Arquivo próprio do BDC da RDSEPT

Problemas estruturais como decidir qual local ficaria a sede do banco e todos os recursos financeiros que precisam ter para destinar aos gastos fixos de uma sede, acabaram influenciando diretamente no adiamento da abertura e funcionamento pois as reuniões do Conselho gestor se tornaram densas e cansativas, para buscar meios e soluções que sanasse as pendências e dúvidas que estavam sendo enfrentadas para organizar o funcionamento do banco comunitário. Dificuldades financeiras para a manutenção de agentes de finanças solidárias; e o baixo envolvimento da comunidade com a proposta tem impactado na realização das ações e na própria mobilização para organização da manutenção do Banco comunitário.

Para contribuir com comunicação e apresentação do que se trata um Banco Comunitário e dos serviços que seriam oferecidos para aqueles que nunca tiveram contato na comunidade, a INICIES organizou a produção de quatro vídeos curtos para divulgação nas comunidades: Finanças Solidárias, Moeda Social, E-Dinheiro e Banco Comunitário. Mesmo diante de uma série de desafios que requer paciência e resistência para dar seguimento e resultados quando se trata de empreendimentos solidários e populares, O Conselho Gestor do banco conseguiu avançar, foi articulado uma enquete para que decidisse qual seria o nome da moeda social da comunidade, a qual foi escolhido "Cavalo Marinho", com o nome decidido foi realizado o concurso da moeda para escolher quais artes estariam estampadas em cada moeda, pois são exclusivas. Com a moeda já escolhida e iniciado o processo de produção, o Conselho deu seguimento à elaboração do estatuto do Banco onde estão as diretrizes e como deve funcionar, para prosseguir com a ideia cada vez mais próxima da concretização.



Figura 4 - Frente da Moeda Social Cavalo Marinho



Fonte: Arquivo próprio do BDC da RDSEPT

FIGURA 5 - Verso da Moeda Social Cavalo Marinho



Fonte: Arquivo próprio do BDC da RDSEPT

Após anos de mobilização, o Conselho Gestor conseguiu, com apoio dos parceiros, construir o lastro do banco, para então ser possível, em conjunto com todos os procedimentos que foram feitos iniciar o funcionamento. O qual ficou decidido que, mesmo sem a sede finalizada, o funcionamento seria iniciado apenas com o câmbio das moedas, e os demais serviços iriam acontecer de acordo com a organização do Conselho; o agente responsável para realizar as trocas das moedas se voluntariou para função pois inicialmente não havia condições de pagar mensalmente alguém para se dedicar exclusivamente para função, e era necessário que a moeda começasse a circular para que as pessoas da comunidade e visitantes fossem entender na prática como funcionaria o banco e já haviam sido feitos cadastros com alguns comerciantes locais que aderiram a proposta e estavam inquietos para que o banco de fato funcionasse.

Ao refletirmos sobre os avanços e desafios, e todo o processo de implantação de um banco comunitário, percebemos que toda articulação e metodologia utilizada em cada comunidade ou região, mesmo com processos semelhantes, por terem objetivos equivalentes, cada processo requer uma atenção especial diferente no que se refere às condições sociais e culturais de cada comunidade, ao modo de vida das pessoas que compõem o território, pois além da organização popular, juntamente com trabalho voluntário e o enfrentamento às desigualdades a qual as pessoas envolvidas



estão sujeitas, ainda requer por parte da maioria da população uma conscientização de classe, é necessário que os indivíduos se reconheçam enquanto membros dos projetos que são realizados na comunidade para que de fato aconteçam com sucesso. Sendo assim, compreendemos que o Banco comunitário desde a sua abertura só conseguirá se manter em funcionamento com o envolvimento dos indivíduos da comunidade e o fortalecimento dos parceiros e organizações envolvidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos os seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição”
Paul Singer

Com a criação do Banco Comunitário da Reserva de Desenvolvimento Ponta do Tubarão, espera-se que ele contribua para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental da comunidade. Objetiva-se que seja um instrumento que colabore com a organização social da comunidade, mantendo o equilíbrio com as características naturais do território e o modo de vida da população, incentivando seus moradores a realizarem suas atividades diárias e mensais de consumo e de venda de produtos e serviços na própria comunidade, além de facilitar o pagamento de contas a partir dos serviços de correspondência bancárias, além de fortalecer os empreendimentos associados ao banco comunitário.

Um conjunto significativo de iniciativas de Bancos Comunitários no Brasil destaca a importância que esse instrumento vem adquirindo para o desenvolvimento territorial local, desde o primeiro banco criado no Conjunto Palmeira, em Fortaleza-CE: o Banco Palmas. São iniciativas como essas que inspiraram a articulação das lideranças locais da RDSEPT, e o desejo de fortalecer a economia e os recursos naturais da comunidade.

Apesar dos grandes desafios enfrentados, o processo de implementação e abertura do BC-RDSEPT também encontrou vantagens, sobretudo, como colaboradores e parceiros envolvidos, para ser possível seu desenvolvimento e inauguração. Sabendo como o trabalho comunitário requer paciência e envolvimento



de participantes que se dediquem, encontrou-se nessa caminhada para implantação do banco parceiros comprometidos que enxergaram na comunidade, no conselho e em todos os parceiros e parceiras que foram feitos na trajetória, nos processos de formação e organização, pois sem esse apoio o banco não estaria funcionando, ademais é a coletividade da comunidade e envolvimento que fará o banco comunitário permanecer e avançar no seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Keila Lúcia. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. **Universidade acadêmica do Rio de Janeiro**. Ipea, v. 47, 2011.

COELHO, Franklin Dias. A história das finanças solidárias. **ANPUH–XXII Simpósio Nacional de História–João Pessoa**, 2003.

DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. **Gestão Social**, p. 117, 2008.

Marx, Karl. O Capital - Vol.I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. Bancos comunitários. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Cortez Editora, 2021.

RAPOSO, Jaciara Gomes; DE FARIA, Maurício Sardá. Banco comunitário e moeda social: Organização comunitária e desenvolvimento local. **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 22, p. 551-569, 2015.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.



SINGER, Paul. Finanças solidárias e moeda social. SINGER, P., FELTRIM, LE, VENTURA, ECF e DOLD, A. VON B. *Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores*. Brasília: Banco Central do Brasil, p. 69-78, 2009.

SILVEIRA, Francisco Emanuel Viana. *Banco Palmas: uma estratégia econômica e social para o desenvolvimento da comunidade do Conjunto Palmeira*. 2013.

SABOURIN, E. (1999). Práticas de reciprocidade e economia de dívida em comunidades rurais do nordeste brasileiro. *Raízes*, Ano XVIII, N° 20, novembro/1999, pp. 41 – 49.